



**ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2014 DA
COMISSÃO PERMANENTE DE PESSOAL DOCENTE**

1 Aos vinte e dois dias do mês de outubro do ano de dois mil e quatorze, às catorze horas,
2 reuniu-se na sala de reuniões da Reitoria da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS),
3 em Chapecó-SC, a Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD). Na presença do
4 Presidente Josuel Alfredo Vilela Pinto e membros do comitê: Leonardo Rafael Santos Leitão,
5 Izabel Aparecida Soares, Paulo Afonso Hartmann e Bruno München Wenzel (via skype).
6 Justificou ausência o membro: Antonio Marcos Myskiw. O Presidente Josuel relatou a pauta,
7 para a qual foram incluídos mais dois pontos para discussão **6) Portaria transitória**
8 **referente a Alteração de Regime de Trabalho Docente e 7) Minutas de progressão e**
9 **promoção**, sendo a pauta aprovada. **1) Informes:** o Presidente Josuel informou que o
10 professor Bruno foi eleito como presidente do NPPD Cerro Largo. Relatou que contactou o
11 Reitor Jaime Giolo sobre a possibilidade de publicar uma portaria transitória referente a
12 Alteração do Regime de Trabalho. Quanto às progressões e promoções, salientou que no
13 *Campus* de Laranjeiras do Sul há apenas progressões. As Comissões de Avaliação de
14 Desempenho dos servidores Docentes (CADs) finalizaram os trabalhos de avaliação, e o
15 próximo passo é encaminhar para a SEGEP, que direciona para o Gabinete do Reitor para
16 publicação do ato. A professora Izabel expôs que em Realeza ocorreu a publicação da portaria
17 das CADs apenas neste mês (outubro), devido a imprevistos que surgiram para
18 encaminhamento dos nomes, a partir disto, estão iniciando os trabalhos de avaliação das
19 progressões e promoções. Além disso, o NPPD recebeu questionamentos quanto aos
20 afastamentos para capacitação, sendo todas as questões já resolvidas. No *Campus* Erechim,
21 segundo o professor Paulo, as CADs já estão formadas, o que está atrasando o processo é a
22 elaboração dos processos, com entrega de memoriais e pareceres dos coordenadores. Na
23 semana que vem ocorrerá a primeira reunião do CAD, da qual ele é presidente, para iniciar a
24 avaliação dos processos. Ressaltou que fez cobrança a SEGEP referente ao encaminhamento
25 dos demais processos, para que os professores já possam elaborar seus memoriais, mas ainda
26 não obteve retorno. Informou também que o NPPD encerrou os debates sobre a minuta de
27 progressão e promoção, conseguindo um acumulado interessante de contribuições. Já conferiu
28 com a Coordenação Acadêmica o recebimento do Memorando da CPPD com as diretrizes e



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
COMISSÃO PERMANENTE DE PESSOAL DOCENTE

29 estão trabalhando no processo. O NPPD ficou a disposição para colaborar com o processo. O
30 professor Leonardo destacou que em Chapecó tiveram atraso na composição das CADs, em
31 função de nem todos os cursos terem encaminhado indicações de membros. Neste momento
32 os docentes estão encaminhando os memoriais. O membro expôs que há necessidade em se
33 elaborar uma agenda para organização do processo. Quanto aos PIACD, o NPPD tentou
34 agendar reunião para esta semana com a Coordenação Acadêmica, para se colocar a
35 disposição no processo, porém ainda não conseguiram agenda. Por fim, expôs que o NPPD
36 tem reunião agendada para a próxima semana. Prosseguindo, os membros fizeram debate
37 sobre o PIACD e demonstraram-se preocupados quanto a possibilidade ou não em contratar
38 professores substitutos para os docentes que estão a menos de 4 (quatro) anos na Instituição.
39 Ainda não se obteve um posicionamento da Reitoria, que está averiguando a questão com o
40 Ministério da Educação (MEC). A Secretaria questionou a forma de encaminhar os processos
41 de afastamento para capacitação que foram avaliados pela CPPD e iniciariam em 2015.1
42 (encaminhar ao docente para que se inscreva novamente no plano ou encaminhar às
43 coordenações acadêmicas?). O encaminhamento definido pelos membros foi de comunicar os
44 docentes em relação a Decisão Conjunta nº 1 das Câmaras de Graduação e Pesquisa e Pós-
45 Graduação, e o processo seja remetido para a Coordenação Acadêmica, a fim de que possam
46 dialogar com o docente e inclui-lo no novo PIACD. A Secretaria informou que recebeu
47 ligação da professora Noeli Gemelli Reali, de Chapecó, que teve a sua portaria de afastamento
48 para capacitação publicada. Porém, no momento de preencher o formulário com o período de
49 afastamento ela cometeu o erro de marcar seu retorno para 2016, sendo que necessitaria
50 permanecer até 2017. A orientação repassada à docente foi de que usufrísse do período do
51 afastamento designado na portaria e que em 2016 solicita-se prorrogação por 12 meses.
52 Contudo a docente expôs que necessita de um procedimento mais efetivo e que lhe permitisse
53 saber rapidamente se poderá ou não usufruir mais um ano (2014 até 2017). Assim, a
54 orientação repassada foi para que encaminha-se um memorando ao colegiado de curso e à
55 coordenação acadêmica relatando a ocorrência do erro no preenchimento do período de
56 afastamento e solicitando que seja avaliada a possibilidade dela permanecer por 3 (três) anos
57 em afastamento. **2) Aprovação das atas da 13ª e 14ª Reunião Extraordinária e Reunião**
58 **Ampliada da CPPD:** a ata da 14ª reunião não está concluída, desta forma, foram avaliados e
59 aprovadas as atas da 13ª reunião extraordinária e da reunião ampliada. Foram feitos pequenos



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
COMISSÃO PERMANENTE DE PESSOAL DOCENTE

ajustes de forma na ata da reunião ampliada (CPPD e Coordenações Acadêmicas). **3)**

Memorando professor Milton Kist; - *Solicita acesso aos protocolos dos processos de afastamento recebidos para o ano de 2014.2, e os pedidos que tiveram parecer favorável:*

Josuel leu a justificativa do docente para acessar os processos. Secretaria elaborou um memorando com as informações solicitadas. Após debate, os membros foram favoráveis ao encaminhamento do memorando. - *Documento FO 313/SEP – CH/UFFS/2014: Recurso de requerimento de afastamento:* Foi feita leitura do documento, ocorrendo apontamentos pelos membros: Não está entre os 15% de docentes que podem ser afastar, neste momento, no *Campus Chapecó*. Todos os professores interessados preencheram um requerimento de afastamento, o que já configura não apenas intenção, mas uma solicitação formal. O parecer da Coordenação Acadêmica está atrelado à contratação de professor substituto, como o docente ingressou na instituição recentemente, a SEGEP informou da impossibilidade em se contratar professor substituto para quem está a menos de 4 (quatro) anos na instituição. Professor Bruno conseguiu se conectar via Skype para participar da reunião (15 horas). Solicitou auxílio a TI para conexão, estava com problemas no sistema de internet. Josuel apresentou os pontos de pauta e os encaminhamentos que já haviam sido efetuados. Apresentou os membros presentes na reunião. Prosseguindo com o ponto de pauta, foi definido que seria elaborado um memorando para o docente, no qual precisava estar relatado que os docentes encaminharam o pedido (requerimento) com intenção de afastamento, sendo este utilizado para elaboração do plano. Num segundo item deverá se relatar a Decisão conjunta 01 das Câmaras de Graduação e Pesquisa e Pós-graduação, orientando o docente a solicitar novamente o afastamento. No item três, deverá ser descrito que há impossibilidade em se contratar professor substituto aos docentes com menos de 4 anos de instituição (conforme Memorando Circular da SEGEP). E por fim, relatar que a CPPD mantém a decisão em não ser favorável ao afastamento do docente, neste momento. **4) Requerimento de afastamento do docente Marcos Sarda Vieira:** Josuel procedeu leitura de parte do processo. Posteriormente foram feitos apontamentos pelos membros: o docente não se enquadra nos 15% de docentes que poderiam se afastar neste semestre, pois está na posição 26º do PIACD *Campus Erechim*; Protocolou um pedido de afastamento antes do plano (PIACD) estar concluído, imaginando que estava na frente dos outros docentes que somente solicitaram afastamento no PIACD.; Falou no processo do princípio da motivação (como se motivou



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
COMISSÃO PERMANENTE DE PESSOAL DOCENTE

91 antes dos outros docentes teria direito ao afastamento), contudo já existia regulamentação na
92 UFFS (Res. Conjunta 01) quando encaminhou primeiro pedido, e foi informado pela CPPD
93 (Mem. 07) que o plano estava sendo elaborado e que deveria aguardar sua finalização. No
94 processo também já há manifestação da coordenação acadêmica e direção de *Campus*
95 informando que o PIACD está sendo refeito e que não será emitido parecer, neste momento,
96 por estas instâncias. Foi deliberado que será encaminhado um memorando ao docente com os
97 seguintes apontamentos: - Quando encaminhou o primeiro pedido de afastamento o PIACD
98 estava em construção, sendo-lhe solicitado que aguarda-se a finalização para participar do
99 processo (Mem. 07/CPPD/2014); - Quando foi estabelecido o PIACD, docente participou do
100 processo e sua posição ficou acima dos 15 %, o que não o qualificava para o afastamento; -
101 Citar decisão conjunta das câmaras e que o docente poderá concorrer novamente ao plano; -
102 Descrever a impossibilidade de contratar professor substituto (anexar Mem. circular da
103 SEGEP). **5) Discussão sobre a organização dos trabalhos da CPPD:** Josuel expôs que para
104 conseguir organizar os trabalhos da CPPD há necessidade de indicar o vice-presidente do
105 comitê. Como o vice-presidente anterior foi o presidente do NPPD *Campus* Cerro Largo,
106 Josuel consultou o professor Bruno sobre o seu interesse em assumir a vaga. Bruno destacou
107 que os colegas possuem mais experiência, conhecem melhor os trâmites e no momento não se
108 sente confortável em assumir o cargo. Desta forma, foi iniciado debate, onde os membros
109 Leonardo e Izabel indicaram o professor Paulo para assumir a vice-presidência. Paulo
110 ressaltou que havendo concordância dos colegas assume o encargo. Todos os colegas foram
111 favoráveis a indicação, assim, foi designado o novo vice-presidente do comitê. O professor
112 Leonardo, às 15:30, se retirou da reunião. - *Debate sobre as Comissões temáticas:* Josuel
113 falou das subcomissões que foram designadas pela CPPD, e que tem por atribuição trabalhar
114 em minutas para suprir regulamentações que não existem na Instituição. Ressaltou que
115 algumas regulamentações de interesse da CPPD existem, mas são transitórias. Os trabalhos
116 das subcomissões são referentes às: Progressões e Promoções, da qual existe uma portaria
117 transitória que regulamenta o processo até 31 de dezembro; Mudança de regime de trabalho;
118 Remoção e redistribuição; e Contratação de professor substituto. A ideia inicial estava
119 pautada nas subcomissões elaborarem as minutas e estas seriam encaminhadas para o
120 CONSUNI para regulamentação dos processos. Em função da suspensão do PIACD, neste
121 momento, as comissões temáticas devem tomar mais iniciativas de verificação e



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
COMISSÃO PERMANENTE DE PESSOAL DOCENTE

122 assessoramento do que uma situação proativa. Para não correr o risco de elaborar as minutas e
123 elas chegarem ao CONSUNI e não serem bem aceitas. Josuel questionou se o comitê continua
124 com os trabalhos das comissões ou se pretendem encaminhar solicitações às instâncias
125 superiores para regulamentarem os processos e só prestarem assessoramento? Destacou que a
126 primeira opção facilita o processo. Paulo destacou que teriam três opções: fazer as minutas;
127 aguardar demandas específicas, ou encaminhar ao Gabinete memorando indicando que há
128 necessidade de regulamentação dos temas citados anteriormente e solicitando que o Reitor
129 faça indicações de como proceder. Josuel lembrou que a UFFS já está saindo do período *pro*
130 *tempore* e não é mais justificável não ter regulamentação para determinadas matérias. Izabel
131 sugeriu que discutam, primeiramente, as minutas no comitê central, pois o trabalho das
132 comissões ainda não foi socializado. Professor Bruno informou que referente a remoção já há
133 uma resolução da câmara de administração. Os membros ao verificar no site da UFFS,
134 encontraram a Resolução nº 13/2014 – CONSUNI/CA, que “Regulamenta os procedimentos
135 para processos seletivos de remoção a pedido, de servidores efetivos, no âmbito da
136 Universidade Federal da Fronteira Sul”. Diante disto, a subcomissão ficou responsável por
137 rever a Minuta de remoção e redistribuição. Como encaminhamento foi definido que na
138 próxima reunião serão validadas as minutas referentes à Mudança de regime de Trabalho e
139 Contratação de professores substitutos. Após, as minutas serão encaminhadas para o Gabinete
140 do Reitor como sugestão de regulamentação, tendo em vista que a CPPD necessita disto para
141 efetivar os trabalhos em sua plenitude. - *Proposta de memorando para a Câmara de*
142 *Graduação*: Josuel expôs que a proposta de memorando seria para as câmaras, em função da
143 decisão no item anterior. Como a CPPD pretende continuar com os trabalhos das minutas não
144 há necessidade em se solicitar regulamentação dos processos nestes órgãos superiores. **6)**
145 **Portaria transitória referente a Alteração de Regime de Trabalho Docente:** Foi definido
146 que a minuta será encaminhada para a Secretaria Especial de Gestão de Pessoas (SEGEP)
147 para apontamentos. Assim que obtiverem retorno, encaminha-se a minuta para a subcomissão
148 (Izabel e Antonio) fazer os ajustes e estes direcionam para o comitê central para validação e
149 envio à Reitoria. Será encaminhado memorando para a SEGEP, justificando que CPPD já está
150 recebendo pedidos de alteração de regime de trabalho e que a regulamentação precisa ser
151 institucionalizada. **7) Minutas de progressão e promoção:** Josuel ressaltou que as minutas
152 foram discutida nos *campi* pela importância em se consultar os docentes sobre a temática. Os



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
COMISSÃO PERMANENTE DE PESSOAL DOCENTE

153 trabalhos em alguns *campi* foram mais rápidos, em outros, não ocorreram de forma eficaz,
154 ainda. O que aconteceu em grande escala foi a rejeição dessa minuta pelos docentes. A grande
155 preocupação foi a pontuação estipulada. Como na Instituição ainda não há sistema que
156 permite a progressão automática, como já ocorre em algumas universidades, a proposta inicial
157 seria elaboração do memorial descrito, ao qual seriam anexadas as ações feitas na instituição e
158 assim sucessivamente. Josuel destacou que em Laranjeiras do Sul os professores rejeitaram
159 grande parte da pontuação estabelecida, pois consideraram muito subjetiva. Solicitaram que se
160 refizesse este item. Assim, foi feito um documento novo, que será unificado com o documento
161 dos outros *campi*. Em Erechim, de acordo com o professor Paulo, foram realizados três
162 momentos de discussão da minuta com os docentes e NPPD. Alguns pontos foram bastante
163 questionados, o principal foi a atribuição de nota, houve um consenso de que isso é
164 desnecessário, pois deve haver pontuação mínima para alcançar a progressão e promoção. As
165 pontuações específicas também foram questionadas, mas não elaboraram nenhuma tabela com
166 novas pontuações. Só ocorreu solicitação de que houvesse mais equilíbrio nas pontuações e
167 que se considera-se efetivamente todas as possibilidades de pontuar. Houve um entendimento
168 de a pontuação não seria um problema, embora nunca seja perfeita, ela traz uma objetividade
169 ao processo, o que resguarda o docente. Também foi discutido a não obrigatoriedade de
170 pontuação em todos os itens para resguardar o perfil de cada docente, mas uma
171 obrigatoriedade na questão do ensino, prevendo exceções. O *Campus* fez ainda várias outras
172 considerações no documento. Não chegaram a refazer a minuta, já que o processo vai passar
173 por outras instâncias e sofrer modificações. A professora Izabel explicou que em Realeza
174 ocorreram dois momentos de discussão, no primeiro momento participaram vários docentes,
175 já no segundo houve participação mínima. Também apontaram os problemas com as
176 pontuações e igualmente a Erechim destacaram a importância do ensino, que deve receber
177 uma pontuação maior. Também concordam ser desnecessário haver nota para progressão e
178 promoção. Chegaram a esboçar uma pontuação para cada item, considerando que cargos
179 administrativos deveriam ter uma pontuação diferenciada, já que o docente não pode estar em
180 sala de aula e seria prejudicado na possibilidade de progredir. Bruno, de Cerro Largo,
181 destacou que não foi realizado debate com os colegas, talvez o Roque tenha feito alguma
182 discussão, vai contatá-lo para verificar. Josuel explicou que são necessárias três resoluções:
183 uma seria para a Avaliação de desempenho no conjunto; a segunda para Avaliação de



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
COMISSÃO PERMANENTE DE PESSOAL DOCENTE

184 desempenho para fins de estágio probatório, e por último, a Avaliação de desempenho em fins
185 de progressão e promoção. A ideia da CPPD era finalizar este trabalho até o fim do ano
186 porque a regulamentação desse sistema de desempenho hoje é feito por portarias transitórias
187 que finalizam dia 31 de dezembro de 2014. Como a normatização é algo delicado, que passa
188 por muitas discussões, ainda, a ideia é prorrogar esta portaria para que a CPPD consiga
189 trabalhar com mais calma. Na discussão conceitual não houve muitos avanços em relação ao
190 que é progressão e promoção. Fomos bastante pragmáticos (pelo menos em Laranjeiras do
191 Sul). Se for estabelecida uma discussão conceitual vamos precisar retomar os trabalhos. Paulo
192 sugeriu que fosse feito um apanhado das discussões nos *campi* e se procede-se a discussão
193 conceitual no comitê. Depois disso seria elaborado o documento final e encaminhado ao
194 Gabinete do Reitor. Os membros da subcomissão de progressão e promoção serão convidados
195 para participar da reunião. Os *Campi* que ainda não fizeram discussão conceitual precisam
196 fazê-lo. Os presidentes dos NPPDs deverão encaminhar os apontamentos da minuta para a
197 comissão (Samuel, Leonardo e Marco) em até 15 (quinze) dias para que se faça a
198 sistematização dos apontamentos para apresentação na reunião da CPPD que ocorrerá,
199 provavelmente, em dezembro. Foi definido também, que será solicitado ao Reitor, por meio
200 de memorando, a prorrogação de prazo das portarias transitórias nº 797/GR/UFFS/2014 que
201 Institui o Regulamento para Realização das Avaliações de Desempenho para Fins de
202 Progressão, Promoção e Estágio Probatório para Servidores Docentes e Portaria nº
203 798/GR/UFFS/2014 que Institui o regulamento para a realização de progressões e promoções
204 para o desenvolvimento dos integrantes da Carreira do Magistério Superior. Encerrados os
205 pontos de pauta o presidente fez um comunicado, ressaltando a importância em realizar uma
206 reunião presencial em dezembro com todos os membros dos NPPDs para apresentação do
207 relatório de atividades da CPPD, que será entregue a Reitoria (conforme prevê o regimento).
208 Debateram a possibilidade de fazer uma reunião em dezembro o dia inteiro, para deliberar
209 sobre o relatório de atividades, a minuta de progressão e promoção e a elaboração do PIACD.
210 Outro debate foi realizado, em relação as demandas docentes dos *campi*, conforme
211 documentos encaminhados pela câmara de graduação. Josuel expôs que é possível
212 dimensionar quantas vagas estão ocupadas em cada *campus*, quantas vagas cada *campus*
213 necessita e quantas vagas devem ser indicadas, para contratação, à Reitoria. Sugeriu que se
214 utiliza-se a avaliação feita pelo MEC como um critério. Isabel destacou que os estudos atuais



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
COMISSÃO PERMANENTE DE PESSOAL DOCENTE

215 são referentes a carga horária total do curso, da matriz e ai de faz uma divisão para saber o
216 número de docentes necessários em um curso. Paulo sugeriu que a CPPD pudesse estudar
217 com outras instituições os fluxos e critérios deste processo. Destacou que estão em uma etapa
218 anterior a de definir critérios, e que no momento devem definir como fazer o
219 dimensionamento. A CPPD precisa organizar o fluxo de trabalho, analisar os documentos
220 recebidos, eleger uma subcomissão e depois disso se verifica os critérios a serem
221 considerados. Paulo apontou que com base na análise dos documentos que receberam dos
222 *campi*, devem proceder a análise, fazer o dimensionamento e criar critérios gerais, o que gera
223 uma demanda nova para a CPPD. Nada mais havendo a tratar, às dezessete horas e trinta
224 minutos foi encerrada a reunião, da qual eu, Elise Cristina Eidt, Secretária da Comissão
225 Permanente de Pessoal Docente, lavrei a presente Ata que, aprovada, será devidamente
226 assinada por mim e pelo presidente.

UFES